

TESTEMUNHO E FICÇÃO EM PRIMO LEVI: ENCONTROS POSSÍVEIS

Luciara Lourdes Silva de Assis (UFMG)

Resumo: Primo Levi, sobrevivente da *Shoah*, escreveu diversos relatos sobre sua experiência nos campos de concentração. Livros como *É isto um homem?* tornaram-se importantes referências da literatura de testemunho. Contudo, o escritor também possui significativa produção ficcional, que ainda é relativamente pouco conhecida. Este artigo propõe uma abordagem da obra de Primo Levi considerada como um todo, a partir da relação entre testemunho e ficção, levando-se em conta que, para ambos os aspectos, a questão da linguagem é fundamental.

Palavras-chave: testemunho, ficção, literatura

Abstract: Primo Levi, a *Shoah* survivor, wrote several stories about his experience in concentration camps. Books like *If this is a man* have become important references of the witness literature. However, the writer also has significant fictional production, which is still relatively little known. This article proposes an approach that considers Primo Levi's work as a whole, starting with the connection between testimony and fiction, considering that the question of language is essential to both aspects.

Keywords: testimony, fiction, literature

INTRODUÇÃO

Primo Levi publicou o romance *A chave estrela*, na Itália, em 1978. A obra integra a lavra ficcional do escritor italiano, que é uma das principais referências na chamada literatura de testemunho. Construído na forma de um diálogo entre dois narradores-personagens e dividido em vários contos, o livro traz a história de um químico e de um montador de estruturas, ambos italianos de Turim, que se conhecem na Rússia enquanto estavam a serviço de uma mesma empresa. Esse encontro irá revelar, no nível da enunciação, uma importante reflexão sobre a temática do trabalho livre no mundo contemporâneo, tendo como contraponto os trabalhos forçados nos campos durante a Segunda Guerra Mundial.

Já o volume *71 contos*, também tido como “ficcional”, reúne três livros de Levi: *Histórias naturais* (*Storie naturali*, 1966), *Vício de forma* (*Vizio di forma*, 1971) e *Lilith* (*Lilit*, 1981). Os contos pertencem ao gênero de ficção científica, encerrando histórias que beiram o fantástico e o insólito, em um mundo cada vez mais absorvido pelas inovações científicas, preponderantemente no campo da biologia e da informática.

No âmbito dos estudos sobre literatura e testemunho no Brasil, observa-se que livros tais como *É isto um homem* e *Os afogados e os sobreviventes* tornaram-se objetos constantes de investigação, mas os ficcionais ainda são pouco explorados. No entanto, mesmo para os estudos sobre o testemunho, parece relevante levar em consideração essa outra dimensão da escritura de Primo Levi. Este artigo, portanto, busca refletir sobre o testemunho em sua relação com a ficção na obra de Levi considerada em conjunto. Para tanto, pretende-se partir das discussões teóricas sobre o tema, particularmente daquelas

elaboradas por alguns autores referenciais nesse âmbito, a saber, Giorgio Agamben, Márcio Seligmann-Silva, Jeanne Marie Gagnebin e Andrea Lombardi.

O TESTEMUNHO

O século XX, marcadamente no período posterior às guerras mundiais e ao advento dos regimes totalitários em várias regiões do mundo, com suas consequentes tragédias, costuma ser denominado “era das catástrofes” (poder-se-ia dizer que tal era tem continuidade neste início de século XXI). Talvez a mais representativa expressão desse tempo catastrófico tenha sido o sistema arquitetado, pelo nazismo, para eliminar uma parte da população europeia, constituída principalmente por judeus. Primeiramente, leis antissemitas decretadas por Hitler, na Alemanha e nos países dominados, restringiam os direitos das pessoas de origem judaica, que foram proibidas, por exemplo, de adquirir bens e utilizar serviços públicos, além de obrigadas a utilizar uma estrela de Davi amarela costurada nas roupas, distintivo que as identificava mais facilmente. Depois, iniciou-se o processo de confinamento nos campos de concentração, onde os prisioneiros eram submetidos às piores condições possíveis. Malgrado as funestas intenções do *Reich* alemão, houve pessoas que sobreviveram a tal catástrofe – a *Shoah* – e dela deram e dão testemunho, por meio de relatos que instigam uma reflexão sobre essa noção na literatura.

Márcio Seligmann-Silva considera que “a uma era de catástrofes corresponde um tempo de testemunhos” (Seligmann-Silva 2007: 33). Para o crítico, em vez de se falar em “literatura de testemunho”, deve-se reconhecer uma face da literatura propiciada pelo advento dessa era. Assim, a literatura passa a ser questionada em sua relação e compromisso com o “real”, entendido não como realidade, mas sim no sentido freudiano do trauma, “de um evento que justamente resiste à representação” (Seligmann-Silva 2008: 1). O indivíduo traumatizado pelos acontecimentos de que tomou parte sente vontade de contar os fatos, mas encontra dificuldades de traduzi-los em palavras, visto que excedem a linguagem. Dessa forma, “o testemunho coloca-se desde o início sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade” (Seligmann-Silva 2006: 46): a necessidade de narrar e a impossibilidade de fazê-lo devida à insuficiência da linguagem.

O testemunho é precário, pois há uma profunda cisão entre a linguagem e o evento. Não se pode dizer, porém, que a catástrofe seja indizível. Tal afirmativa pode levar a interpretações equivocadas sobre a *Shoah*, conforme demonstra Giorgio Agamben. O filósofo relata que, certa vez, ao publicar um artigo sobre campos de concentração em um jornal francês, foi acusado por um leitor de tentar “arruinar o caráter único e indizível de Auschwitz” (Agamben 2008: 41). Agamben concorda com a tese sobre a singularidade da catástrofe, mas argumenta que afirmar que Auschwitz seja indizível equivaleria a atribuir-lhe o prestígio da mística, pois os místicos, por reconhecerem sua pequenez diante da divindade incomensurável, calam-se e adoram a Deus em silêncio. A catástrofe não pode ser considerada inexprimível, prova disso é que testemunhas como Primo Levi não se calam, mesmo com as lacunas, as precariedades, as insuficiências, as cisões. É por isso que Agamben considera o escritor italiano “um tipo perfeito de testemunha” (Agamben, 2008: 26): o tempo todo ele conta aos outros o que viveu. Quando Levi voltou do campo, segundo as próprias palavras,

“sentia uma necessidade irrefreável de contar a minha história a todo mundo!... Toda ocasião era boa para contar a todos a minha história: ao diretor da fábrica, assim como ao operário, mesmo que eles tivessem outras coisas para fazer” (Levi *apud* Agamben 2008: 26).

Ao se colocar em discussão o conceito de “testemunha”, é relevante levar em consideração a etimologia do termo. A palavra deriva do latim *testis*, que significa “terceiro”, um elemento neutro entre duas partes litigantes; trata-se, portanto, de uma categoria jurídica. Há, porém, na língua latina, outra palavra que serve para designar “testemunha”: trata-se de *superstes*, aquele que vivenciou algo e pode, portanto, dizer sobre o que viu, testemunhar. Essa ideia é fundamental, pois “localiza a testemunha como alguém que atravessou uma experiência singular: ela viu a morte com os próprios olhos. [...] é alguém que mora nesta morte e não consegue abandoná-la inteiramente” (Seligmann-Silva 2007: 33). O sobrevivente convive com seu trauma e procura dele escapar por meio da fala, da linguagem, que é a única forma possível para se elaborar o trauma, segundo a concepção psicanalítica.

Segundo Agamben, Primo Levi é, evidentemente, um supérstite, mas seu testemunho também pode apontar para a dimensão de um julgamento. Esse juízo, entretanto, é impossibilitado pela existência da “zona cinzenta” (Levi 2003: 24), o lugar onde as vítimas se tornam carrascos, e os carrascos, vítimas.

A expressão referida foi cunhada e desenvolvida por Levi em *Os afogados e os sobreviventes*. Ela traduz a situação, própria do universo concentracionário, em que não é possível fazer distinção entre culpados ou inocentes, perpetradores ou vítimas. A “bipartição amigo-inimigo” (Levi 2003: 24), ou seja, a polarização maniqueísta entre bem e mal, que tende a reduzir “a torrente dos acontecimentos humanos aos conflitos, e os conflitos a duelos, nós e eles, os atenienses e os espartanos, os romanos e os cartagineses” (Levi 2003: 24), já não pode ser verificada nos campos de concentração. Nessa formulação de extrema clareza e profundidade, Levi reflete sobre a posição dos privilegiados, aqueles prisioneiros que, por trabalharem no *Lager*, obtiveram mais vantagens que outros e, assim, puderam sobreviver. Sobre essa classe de prisioneiros-funcionários, Levi afirma: “É uma zona cinzenta, de contornos mal definidos, que ao mesmo tempo separa e une os dois campos dos patrões e dos empregados. Possui uma estrutura interna incrivelmente complicada, e abriga em si o suficiente para confundir a nossa necessidade de julgar” (Levi 2003: 29).

Mas uma condição ainda mais aguda que a dos privilegiados, um “caso-limite” (Levi 2003: 35) da zona cinzenta, é a dos *Sonderkommandos* (SK) – “Esquadrões especiais”. Trata-se dos grupos de prisioneiros, judeus em sua maioria, a quem cabia os serviços de conduzir pessoas às câmaras de gás e, depois, retirar os cadáveres, extrair os dentes de ouro, cortar os cabelos, introduzir os corpos nos crematórios e, por fim, eliminar as cinzas. Por um lado, segundo Levi, esses esquadrões eram constituídos em sua maior parte por judeus porque eles representavam o maior contingente no campo. Por outro lado, causa espanto “esse paroxismo de perfídia e de ódio: deviam ser os judeus a enfiar nos fornos os judeus, devia-se demonstrar que os judeus, sub-raça, sub-homens, curvam-se a qualquer humilhação, até mesmo a destruir a si mesmos” (Levi 2003: 36). Tais palavras, tão duras quanto verdadeiras, são reveladoras do grau de aviltamento a que os nazistas submeteram os judeus. Assim, a concepção e a organização dos SK são vistas por Levi como o “crime mais demoníaco do nacional-

socialismo” (Levi 2003: 37). Além disso, delegar às vítimas uma parte do trabalho, justamente a mais suja, provavelmente servia para aliviar as consciências das SS a quem não agradava o massacre como trabalho diário.

Não é possível, portanto, julgar os membros dos SK. Teriam eles tido opção de se eximir da ignóbil tarefa a que foram designados? Não há resposta. Mas certamente eles eram muito mais infelizes que os outros prisioneiros (Levi 2003: 37). Para Agamben, a noção de *impotentia judicandi* (Levi 2003: 43), evidenciada por Levi, sinaliza a impropriedade da identificação de responsabilidades nesse âmbito. A zona cinzenta está situada *aquém* do bem e do mal e, assim, desloca a ética para “aquém do lugar em que estamos acostumados a pensá-la” (Agamben 2008: 31). Ocorre uma mudança de perspectiva nas formas de se pensar a ética, pois as categorias de bem e de mal se mostram insuficientes.

O título da obra de Primo Levi anteriormente apresentada é o mesmo de um capítulo do primeiro livro do escritor, *É isto um homem?*. Nesse capítulo, Levi desvenda o modo de organização e divisão entre os prisioneiros do *Lager*. Entre os vários tipos humanos (embora, como se verá, a ideia de humano aqui seja problemática), ressalta-se a figura do “mulçumano”. Com esse termo, os veteranos dos campos de concentração designavam aqueles que, incapacitados à luta pela sobrevivência, alcançaram um estágio de tal degradação que pareciam antes estar mortos que vivos. Um mulçumano é um “homem macilento, cabisbaixo, de ombros curvados, em cujo rosto, em cujo olhar, não se possa ler o menor pensamento” (Levi 1988: 91). São eles os afogados, os submersos, os que foram até o fim e tocaram o fundo. Dessa multidão de não-homens não se pode dizer que estejam vivos, tampouco mortos: “hesita-se em chamá-los vivos; hesita-se em chamar ‘morte’ à sua morte, que eles já nem temem, porque estão esgotados demais para poder compreendê-la” (Levi 1988: 91). Os mulçumanos situam-se em um limiar entre o humano e o inumano, já que foram reduzidos a uma condição de extrema precariedade.

Agamben analisa a figura do mulçumano – elevando-a à categoria de paradigma da contemporaneidade – em termos do que denomina “vida nua”. A expressão refere-se àquela condição em que a *bios* – a vida humana em seu sentido pleno – é reduzida à *zoe* – existência puramente biológica. Mas não apenas a vida é degradada; também a morte torna-se absolutamente ultrajante, pois “em Auschwitz não se morria, produziam-se cadáveres. Cadáveres sem morte, não-homens cujo falecimento foi rebaixado a produção em série” (Agamben 2008: 78). Assim, o mulçumano instaura para sempre a inscrição do humano no inumano (e vice-versa), da vida na morte (e vice-versa).

Primo Levi insiste em afirmar que as testemunhas integrais não são os sobreviventes, mas os mulçumanos:

Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocaram o fundo. Quem o fez, quem viu a Górgona, não voltou para contar ou voltou mudo. Mas são eles, os “mulçumanos”, os afogados, as testemunhas integrais, aqueles cujo depoimento teria tido significado geral. Eles são a regra, nós, a exceção (Levi 2003: 61).

No entanto, quem fala no lugar das verdadeiras testemunhas, como “pseudotestemunhas” (Agamben 2008: 43), são os que sobreviveram, os salvos. Nesse sentido, todo relato testemunhal carrega em si uma falta, uma lacuna. Agamben define essa situação como “paradoxo de Levi”: as testemunhas integrais são os mulçumanos, que não podem falar; os sobreviventes falam em seu lugar, mas os afogados não têm nada a dizer por terem perecido; assim, “quem assume para si o ônus de testemunhar por eles, sabe que deve testemunhar pela impossibilidade de testemunhar” (Agamben 2008: 43). Primo Levi assumiu esse ônus, e isso perpassa todos os seus livros, inclusive os de ficção.

A FICÇÃO

Em *É isto um homem?* há um capítulo denominado “O canto de Ulisses”. Nele Primo Levi relata o episódio em que tenta ensinar italiano a um amigo francês, valendo-se da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. O amigo de Levi, que exercia a função de “mandatele-escriturário” (Levi, 1988: 111) e se chamava Jean, chama-lhe para irem juntos buscar a sopa daquele dia. Eles teriam cerca de uma hora de caminhada, e naquele curto espaço-tempo Levi procura transmitir a Jean um pouco de sua língua materna. Vem-lhe à mente o canto em que Ulisses narra sua morte. Em todo o texto do capítulo fica evidente a urgência daquele momento, a necessidade de não se perder nem um segundo da lição: “Vamos começar agora mesmo, qualquer coisa serve, o importante é não perder tempo, não desperdiçarmos esta hora” (Levi 1988: 114). O tempo é curto, mas a poesia é imensa: “Que sensação estranha, nova, a gente experimenta ao tentar esclarecer, em poucas palavras, o que é a Divina Comédia” (Levi 1988: 114). Torna-se difícil, também, traduzir para o francês certas palavras, mantendo a mesma expressividade do italiano. Há ainda as inevitáveis falhas de memória de Levi, que não consegue recordar o canto de forma integral. Assim, o canto de Ulisses chega a Jean de maneira apressada, entrecortada, com lacunas irrecuperáveis, tais qual o testemunho. Insiste-se, apesar de tudo, na urgência da poesia, pois “amanhã, ou ele ou eu poderemos estar mortos ou não nos rever nunca mais” (Levi 1988: 117).

Esse capítulo, bastante “impressionante e significativo” (Lombardi 1999: 56), é carregado de poeticidade e evidencia o narrador em sua luta com as palavras, na tentativa de reconstruir fielmente um trecho do poema dantesco. Diante disso, pode-se supor que “O canto de Ulisses”, texto do primeiro livro de Levi, já revelaria, metalinguisticamente, uma preocupação de Levi com o fazer literário? As constantes referências à *Divina Comédia* que permeiam tal obra, bem como aos textos bíblicos, apontariam para o processo de formação do escritor? Primo Levi torna-se efetivamente um escritor – que, nessa condição, poderia abrir-se à criação ficcional – ou escreve apenas enquanto testemunha? Procuramos desenvolver tais questões adiante, sem o intuito de dar-lhes uma resposta definitiva, mas sim no sentido de estabelecer algumas reflexões a partir delas.

Theodor Adorno proferiu uma frase que se tornou célebre: “Escrever um poema após Auschwitz é um ato de barbárie”. Jeanne Marie Gagnebin lembra que a recepção da sentença foi bastante infeliz, como se ela significasse a negação pura e simples da poesia moderna (Gagnebin 2006: 98). Mas, no contexto do ensaio em que aparece (“Crítica à cultura e à sociedade”, 1949), ela sinaliza a necessidade de um

posicionamento crítico diante da cultura, para que ela não se torne uma máquina de entretenimento e esquecimento. Gagnebin chega à conclusão de que, em Adorno, a instância ética, nascida da indignação diante do horror, orienta sua reconstituição estética. Para ele, a razão humana não pode permanecer a mesma após Auschwitz, pois o que de mais nobre existe no homem é necessariamente afetado pelo aniquilamento dos corpos, isto é, pela negação do direito ao estar vivo, pela eliminação de uma corporeidade primeira, pela redução à vida nua.

Isso se torna ainda mais significativo quando considerado em relação a alguém como Primo Levi, que viveu Auschwitz bem de perto. A produção ficcional de Levi deveria passar necessariamente por um componente ético, e é o que parece acontecer.

Na época em que as *Histórias naturais* foram publicadas, leitores e críticos mostraram-se, no mínimo, surpresos com o fato de que o sério escritor, testemunha e narrador das atrocidades impingidas a milhares de pessoas, pudesse escrever “contos-entretenimentos” (Dias 2005: 10). Entretanto, o autor de *É isto um homem?* permitiu-se entrar no universo da invenção e da fantasia, reivindicando “para si o direito que todo escritor tem de criar o que bem quiser” (Dias 2005: 10). E não deixava de reconhecer, ao mesmo tempo, que também os contos mantinham estreita relação com a temática das obras de testemunho: “eu não as publicaria [as “histórias naturais”] se não estivesse convencido (não imediatamente, para ser sincero) de que entre o *Lager* e essas invenções existe uma ponte, uma continuidade” (Levi *apud* Dias 2005: 11).

De acordo com Maurício Santana Dias, o crítico Cesare Segre considera esses contos uma espécie de “impulso liberatório diante dos constrangimentos da memória, a liberdade da pura efabulação contraposta ao ‘máximo de engajamento intelectual e ético’, prerrogativa dos livros de testemunho” (Dias 2005: 14). Dias, porém, argumenta que o que se observa nesses contos é justamente “a negação daquela liberdade do homem defendida com unhas e dentes nos relatos sobre a experiência no campo de concentração” (Dias 2005: 14). Percebe-se, nessas histórias, uma postura pessimista diante dos destinos humanos que não estivera presente em *É isto um homem?*. Os contos, portanto, podem ser vistos como “representações ficcionais de um universo de dúvidas que Levi mitigara ou reprimira voluntariamente em seus relatos autobiográficos” (Dias 2005: 15). O escritor constrói mundos imaginários, “de um absurdo potencialmente factível” (Dias 2005: 15), que são produto do crescente e inevitável desenvolvimento tecnológico, confrontando-se com a vida que procura resistir em suas variadas formas.

É o que pode ser visto, por exemplo, em “O sexto dia” (Levi 2005: 147) presente em *Histórias naturais*. Os personagens são um grupo de sábios, cientistas e técnicos, reunidos para a elaboração do projeto do modelo *Homem*. Os especialistas de cada área, naquilo que lhes compete, expõem sua opinião a respeito da constituição e da viabilidade do homem, avaliando se este deve ser artrópode, réptil ou pássaro. Por fim, acabam descobrindo que alguém, do “alto escalão”, tomou um punhado de argila e a partir dela formou o homem. Nesse conto, confluem o discurso científico, racional, e a narrativa mítica da criação, que já se anunciara desde o título. O conhecimento técnico e especializado, pretensamente superior e autossuficiente, mostra-se falível e incapaz de solucionar problemas, e acaba sendo suplantado pelo mito. Dessa forma, configuram-se o pessimismo e a descrença nas ciências que já haviam sido apontados. Essa crítica à precariedade da racionalidade parte de alguém que pôde ver de perto a aplicação dos

conhecimentos científicos, ou pseudocientíficos, à máquina da morte criada pelos nazistas.

As narrativas de *Lilith*, o último dos três livros reunidos em *71 contos*, trazem um narrador em primeira pessoa, italiano, cuja voz ecoa de dentro de um campo de concentração. O conto homônimo (Levi 2005: 346) tem como cenário um dia chuvoso no *Lager*, quando o narrador, autorizado pelo *Kapo*, vai se abrigar da chuva em um tubo de ferro e, coincidentemente, encontra um conhecido. Enquanto conversam, avistam uma mulher em outro tubo que lhes sorri e começa a pentear os cabelos. O amigo do narrador afirma que aquela era Lilith e, como este não conhecesse a lenda, passa a lhe contar a história da primeira mulher de Adão, que, transformada em diaba, alimentava-se do sêmen humano. Além desse conto, muitos outros são construídos a partir de referências ao Antigo Testamento e à tradição judaica. Primo Levi, assim como outros escritores, trabalham ficcionalmente o texto bíblico, evidenciando a multiplicidade de sentidos que ele pode comportar. Pode-se dizer, portanto, que a leitura da Bíblia influenciou significativamente a escrita de Levi, conforme já se mostrava desde o primeiro relato de testemunho. O escritor utiliza-se do elemento mágico, maravilhoso ou fantástico para criar à mão livre e, ao mesmo tempo, reconstruí-lo como uma espécie de prisma, através do qual é possível enxergar e interpretar o mundo e o homem.

Em 1963, Primo Levi publica seu segundo livro, *A trégua*, no qual relata o retorno a casa. Naquele momento,

muitos leitores e críticos ainda se perguntavam se o sobrevivente de Auschwitz era mesmo um “autêntico escritor” ou apenas alguém – um químico de profissão, lembravam alguns – que resolveu contar o que lhe acontecera nos tempos da guerra. Hoje esse tipo de argumento pode parecer quase inacreditável, mas o fato é que a questão acompanhou Levi por toda a vida, e ele não pôde simplesmente ignorá-la (Dias 2005: 13).

Apesar disso, Agamben afirma que Levi, em entrevistas, dizia considerar-se um químico e não escritor. O filósofo analisa: “ele não se sente escritor, torna-se escritor unicamente para testemunhar. Em certo sentido, nunca se tornou escritor” (Agamben 2008: 26). E continua:

O fato de que com o passar do tempo, e quase apesar dele, tenha acabado por tornar-se tal, escrevendo livros que nada têm a ver com seu testemunho, o deixa profundamente mal: “Depois escrevi... adquiri o vício de escrever. Neste meu último livro, *La chiave a stella, despi-me completamente da minha qualidade de testemunha...* Com isso não renego nada; não deixei de ser um ex-deportado, uma testemunha” (Agamben 2008: 26).

A leitura de *A chave estrela* feita por Andrea Lombardi vai em sentido contrário à opinião de Primo Levi. E essa interpretação é perfeitamente possível:

os contos reunidos [em *A chave estrela*] configuram-se como reelaboração do passado e como uma nova reflexão sobre o papel da

testemunha, enquanto sobrevivente e escritor. Assim, pode-se ler no conto “Tirésias” um aceno à problemática da culpa do sobrevivente em relação aos demais prisioneiros que “afogaram” [...]: “Queria escrever histórias minhas até que eu esvaziasse o saco, e depois histórias dos outros mesmo que sejam roubadas, saqueadas, extorquidas ou recebidas de presente...”. Algo que, talvez, mostra o quanto a problemática da testemunha se relaciona com a literatura como um todo e não é unicamente um tema ocasional (Lombardi 2009:1).

Portanto, mesmo que, talvez, não tivesse consciência plena disso, Levi revelaria a importância de sua “missão” de testemunhar em nome dos afogados, sendo ao mesmo tempo testemunha e escritor. Além disso, o grande tema do livro, o trabalho, também aponta para a experiência do campo, pois faz um elogio do trabalho livre, benfeito, capaz de engrandecer aquele que o pratica. Contrapõe-se, assim, à infame mensagem inscrita à entrada de Auschwitz: “Arbeit Macht Frei” (“O trabalho liberta”). A mensagem não poderia ser mais irônica, visto que aqueles que entravam no campo e eram submetidos ao serviço forçado dificilmente veriam de novo a liberdade.

Por fim, *A chave estrela* tem como narrador, de primeira pessoa, um químico que pensa em abandonar a profissão para dedicar-se exclusivamente à literatura. Trata-se de uma espécie de *alter ego* de Levi (Lombardi 2009: 1). Talvez se possa afirmar que a obra constitua um meio de expressar o estado de espírito do escritor no momento em que ele decide abandonar a carreira de químico para exercer unicamente o ofício da palavra: o ano de publicação do livro – 1978 – marca essa mudança na vida de Levi.

Em face de tudo o que foi discutido anteriormente, não concordamos com a posição de Agamben de que Levi nunca tenha se tornado escritor. Os textos ficcionais de Levi, a nosso ver, são investidos de grande qualidade literária (*A chave estrela* até mesmo conquistou um importante prêmio literário na Itália, o Strega) e se inscrevem em um delicado equilíbrio entre o testemunho e a ficção.

Como se procurou demonstrar, entre as obras testemunhais e os contos e romances existe, de fato, uma ponte. Relatos como *É isto um homem* e *Os afogados e os sobreviventes* oferecem elementos absolutamente necessários para o entendimento de nossa era das catástrofes, tais como a figura do mulçumano e da zona cinzenta. Os textos imaginativos de Levi, notadamente os que estão presentes em *71 contos*, não abdicam de uma reflexão – altamente pessimista – em torno da vida humana após Auschwitz. Já o romance que encena um químico-escritor em seu embate com os dois ofícios sinaliza tanto o papel da testemunha quanto a vitória do trabalho livre sobre os trabalhos forçados do campo. Nos dois casos, as obras não perdem em literariedade. As referências constantes à Bíblia, a Dante e a outros escritores funcionam como recurso criativo na construção e reconstrução de histórias. Já se disse, dos textos testemunhais, que existe um compromisso com a ética da memória da *Shoah* em Levi (Lombardi 1999: 57). Parece que também nos textos ficcionais existe uma percepção ética, conjugada com a preocupação estética, problemática para a qual Adorno havia chamado nossa atenção logo depois de Auschwitz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo sacer III)*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008. (Estado de sítio).

DIAS, Maurício Santana. Primo Levi e o zoológico humano. In: LEVI, Primo. *71 contos*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 9-20.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Após Auschwitz”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (org.). *História. Memória. Literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp, 2006. p. 89-110.

LEVI, Primo. *71 contos*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LEVI, Primo. *A chave estrela*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEVI, Primo. *Conversazioni e interviste*. Torino: Einaudi, 1997. *apud* AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo sacer III)*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008. (Estado de sítio).

LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. *I sommersi e i salvati*. Torino: Einaudi Tascabili, 2003.

LOMBARDI, Andrea. A ética da memória. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). Dossiê Literatura de testemunho. In: *Revista Cult*. n. 23, jul. 1999. p. 56-59.

LOMBARDI, Andrea. Contos de Primo Levi refletem sobre o papel da testemunha. In: *Notizie d'Italia*. 21 mar. 2009. Disponível em:
< http://www.italiaoggi.com.br/not01_0309/ital_not20090321a.htm>. Acesso em 05 fev. 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A literatura do trauma. In: ____ (org.). *História. Memória. Literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 45-58.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunhos da barbárie. In: *Revista EntreLivros*. v. 3, n. 28, ago. 2007. p. 32-35.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho da Shoah e literatura. In: *Portal Rumo à tolerância*. Aula ministrada no curso Panorama Histórico do Holocausto em 2008.

Disponível em:

< http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/files/active/0/aula_8.pdf>. Acesso em 05 fev. 2010.